

A Centelha

JORNAL DO SOCIALISMO REVOLUCIONÁRIO - CIT EM PORTUGAL

N.1 NOV / DEZ '15 preço 1.00 Solidariedade 2.00



Manifestação CGTP. foto de Rita Neves

Contra a austeridade!
No Parlamento e nas Ruas

O

LUTAR PELOS TRABALHADORES

A Dívida não é dos trabalhadores, suspensão imediata do pagamento da dívida. Reembolso, mediante prova, dos pequenos aforradores e anulação dos títulos dos especuladores.

Nenhum sacrifício pelo euro. Anulação de todas as medidas de austeridade desde o 1º Plano de Estabilidade e Crescimento de 2010.

Q

Fim do segredo comercial, temos o direito de saber para onde vai a riqueza produzida, divulgação pública de todos os livros de contas das empresas públicas e privadas.

U

Fim do sigilo bancário e fiscal para todas as empresas e para os ricos. Transparência total em todas as actividades financeiras e comerciais, em especial dos grandes grupos económicos. Fim dos offshores.

E

A riqueza da sociedade pertence a quem produz. Nacionalização, sob controlo dos trabalhadores e utentes, dos sectores chave da economia (água, energia, saúde, educação, transportes, comunicações, banca, seguros).

E

Não à privatização da Saúde, Educação e Segurança Social. O Estado Social pertence a quem trabalha e deve estar ao serviço do povo trabalhador. Criação de um plano de investimento público de reconstrução dos serviços públicos e de produção social e ambientalmente útil.

D

Aumento imediato do salário mínimo para 5€/hora tendo por base a semana de 40 horas para as grandes empresas e aumento progressivo para pequenas e médias. Aumento imediato das reformas e pensões mínimas para esse valor.

E

Redução da semana de trabalho para as 30 horas sem perdas salariais. Dividir o trabalho disponível pelos trabalhadores disponíveis com a elaboração de um plano de pleno emprego digno, social e ambientalmente útil.

E

A habitação é um direito fundamental, não pode ser um negócio. Parar todos os despejos, anulação da nova lei de arrendamento e abolição do IMI. Nacionalização das grandes empresas imobiliárias e criação de um plano de habitação digna e universal, com rendas adequadas ao nível de rendimento de cada agregado familiar.

E

Repor todos os cortes na Educação, dotar 10% do Orçamento para a Educação. Passe gratuito para todos os estudantes até aos 25 anos, aumento das bolsas de acção social e fim das propinas. Fim ao RJIES e a Bolonha. Apoiar a livre associação cultural, política e desportiva dos jovens através da construção de infraestruturas e espaços a nível local.

E

Acabar com a brutalidade policial e com o racismo institucional do sistema criminal, investir em reabilitação, formação profissional e emprego digno, não em prisões. Legalização total e direitos iguais para todos os trabalhadores imigrantes.

N

QUEBRAR O BIPARTIDARISMO DO CAPITAL

Por uma Frente Unida entre PCP, BE, esquerda extra-parlamentar, Sindicatos e movimentos sociais que construa pela base uma real alternativa social e política à alternância do Capital entre PS e PSD-CDS.

D

Por um programa Socialista que realmente responda à crise. O capitalismo não tem soluções. Por um plano económico democrático baseado nos interesses da vasta maioria e do ambiente. Defender a Democracia Socialista contra a Ditadura dos Mercados.

E

SOCIALISMO E INTERNACIONALISMO

O Capitalismo produz pobreza, desigualdade, destruição ambiental e guerra. Precisamos de uma luta internacional contra este sistema.

Solidariedade com as lutas dos trabalhadores e oprimidos internacionalmente – uma agressão a um é uma agressão a todos. Contra a UE dos patrões e especuladores, por uma Europa dos trabalhadores, livre e socialista.

M

Defender sempre uma posição independente da classe trabalhadora nos conflitos imperialistas e neocoloniais.

O

O QUE É O COMITÉ POR UMA INTERNACIONAL DOS TRABALHADORES?

O CIT é uma organização comunista internacional presente em mais de 50 países e todos os continentes.

Lutamos pelo fim da exploração capitalista que produz a miséria da maioria e a opulência da minoria, enquanto gera uma catástrofe ambiental. Queremos a planificação racional e ecológica da economia mundial sob o controlo democrático de todos os trabalhadores — o Socialismo.

S

Se deseja assinar A Centelha, envie o seu contacto e faça o pedido para o nosso email

socialismo-revolucionario.org
info@socialismo-revolucionario.org
socialistworld.net 96 959 02 08



POR UM GOVERNO DE ESQUERDA 100% ANTI-AUSTERITÁRIO

Editorial

As últimas eleições legislativas reforçaram a presença da Esquerda na AR e, por isso, alargaram a plataforma anti-austeritária. O bipartidarismo capitalista, que apoia uma política de austeridade, teve uma vitória instável. Quer PS, quer PàF não conseguem governar sozinhos, o que abre uma nova oportunidade à esquerda para dar o golpe decisivo na alternância e para construir uma alternativa.

A PÀF NÃO PODE GOVERNAR

A coligação governativa ficou muito longe de conseguir um apoio maioritário. Não tem, portanto, qualquer mandato popular. Com 36,8% dos votos, descontando uma abstenção de 43%, fica claro que apenas uma minoria se mobilizou para votar na coligação.

A histeria dos comentadores de serviço da direita, incluindo a ala mais à direita no PS, é um bom indicador dos riscos que a classe dominante pressente depois de um período de 6 anos (iniciado pelos PEC do governo PS) a atacar brutalmente quem vive do seu trabalho.

Apoiamos, portanto, a recusa do PCP e do BE em viabilizar qualquer governo liderado pela coligação PàF. No entanto, é necessário que esta recusa se estenda a qualquer proposta governativa que perpetue a austeridade.

O PS TAMBÉM SAIU DERROTADO

Mesmo depois de 4 anos de intervenção da Troika e brutal austeridade aplicada pelo governo PSD/CDS, Costa não conseguiu vencer a coligação.

Torna-se cada vez mais claro, em especial para os sectores mais combativos, que o PS

é um partido do Capital que apoiou no essencial a Troika e as políticas de austeridade. Não é surpreendente, por isso, que desta vez o discurso do voto útil tenha surtido pouco efeito.

Foi o Bloco de Esquerda o partido que conseguiu capitalizar, eleitoralmente, o descontentamento com a austeridade, seja ela de tons rosados ou alaranjados.

O PS NUMA ENCRUZILHADA

BE e PCP mostram-se disponíveis para viabilizar um governo liderado pelo Partido Socialista, chegando a afirmar que, com certas condições, se dispõem a assumir responsabilidades governativas.

Entre esta abertura manifestada pelo BE



Os próximos meses serão de polarização. A possibilidade de um governo de esquerda será uma questão central e, para que tenha êxito, terá de ser feita com base numa forte mobilização social que garanta o carácter anti-austeritário do programa de tal governo.

e o PCP para negociar um acordo parlamentar e a pressão da PàF para amarrar Costa, este optou por tentar comprometer a esquerda parlamentar, recusando uma aliança à direita.

Como é óbvio, o PS quererá diluir ao máximo as “linhas vermelhas” da Esquerda, comprometendo BE e PCP com uma austeridade light a 4 anos, de forma a evitar ter de governar com a PàF, situação que deixaria claro para a massa dos trabalhadores que PS e PSD são as duas mãos do Capital, e que uma mão lava a outra...

Apesar disto, mostrando a verdadeira face do PS, várias figuras do partido, incluindo os seus principais sindicalistas, manifestaram-se de imediato contra um “governo de es-

querda”. Fazendo coro com os arautos do neoliberalismo, preferem o Bloco Central a um governo que possa atralhar ligeiramente a lógica austeritária. Só as declarações do Presidente da República forçaram estes elementos a alinhar novamente com Costa.

Também a direita pressiona o PS, fazendo uma campanha histórica contra a possibilidade de um “governo de esquerda”. Ataca a “tradição democrática” — nome que dá às práticas que garantiram a sua hegemonia nos últimos 40 anos — e contraria a sua própria retórica de “estabilidade” e “confiança” ao abrir um cenário de crise política.

Indigitando Passos Coelho como primeiro-ministro, Cavaco deu à luz, muito provavelmente, o governo mais curto da história democrática, e criou uma situação

imprevisível. O que nos mostra isto? Que a burguesia, hoje, tem horror a qualquer questionamento da austeridade, como já víramos aquando da eleição do Syriza na Grécia.

CONDIÇÕES PARA UM GOVERNO DE ESQUERDA

Neste quadro, e para evitar que o PS lhes dê um “abraço de urso”, BE e PCP têm de traçar limites muito claros e de forma coordenada. Um governo de esquerda só pode existir na condição de ser 100% anti-austeridade!

Como disse recentemente John McDonnell, dirigente do Labour Party, partido da família política do PS em Inglaterra, “a aus-

GREVES E PROTESTOS

Luís Sombreiro

teridade foi uma escolha política, não uma necessidade económica”. Não restam desculpas! Se o PS quiser de facto formar um governo que defenda os interesses de quem trabalha, o Estado Social e a Constituição, só o poderá fazer à esquerda, rejeitando toda a austeridade e aplicando um programa que vá buscar os recursos para uma política de pleno emprego digno, reconstrução dos Serviços Públicos e revalorização dos rendimentos (passados, presentes e futuros) dos trabalhadores, onde eles existem: as grandes fortunas e grupos económicos.

Estas devem ser as “linhas vermelhas” do PCP e do BE. Se o PS recusar, com os velhos e caducos discursos da “responsabilidade” e da “moderação”, só prova, de uma vez por todas, de que lado está.

A FORÇA DA ESQUERDA ESTÁ NA MOBILIZAÇÃO

Mas estas bandeiras da Esquerda não se defendem dentro de gabinetes fechados e negociando cedências com quem já provou, ao longo de 40 anos, colocar o interesse da classe dominante, dos mercados e do imperialismo acima dos interesses e necessidades mais básicas do povo trabalhador. A força da Esquerda parte de fora para dentro do parlamento, não de dentro para fora. Ela faz-se nas escolas e nos locais de trabalho, em campanhas de luta por questões concretas e prementes para quem trabalha. É por isso que todas as reuniões para um governo de esquerda devem ser públicas, feitas perante os trabalhadores, e que todas as exigências devem ser apoiadas pela mobilização nas ruas, que é a nossa força!

Sabemos que, independentemente das opções de Cavaco, o novo governo será mais frágil do que o anterior. Os próximos meses serão de polarização. A possibilidade de um governo de esquerda será uma questão central e, para que tenha êxito, terá de ser feita com base numa forte mobilização social que garanta o carácter anti-austeritário do programa de tal governo.

Por fim, como nos foi demonstrado pelo exemplo grego, esse governo tem de estar preparado para ultrapassar os limites do Euro e da UE — da ditadura dos mercados —, ou falhará.

Com a contínua exploração dos trabalhadores e aplicação de austeridade, um aumento de protestos e greves surge como forma de luta por melhores condições de trabalho nos países europeus. Em Bruxelas, organizou-se uma manifestação contra a austeridade e o TTIP, contando com dezenas de milhares de pessoas, incluindo o protesto contra o aumento da idade da reforma para 67 anos. Em Portugal, moradores dos bairros sociais manifestaram-se contra a nova lei da renda apoiada devido aos aumentos nas rendas e despejos diários. Técnicos do INEM fizeram uma greve de 24 horas e marcharam em protesto até ao Ministério da Saúde devido ao incumprimento do aumento salarial prometido pelo governo.

EM DEFESA DO SNS E DA DIGNIDADE NA PROFISSÃO

Outra importante situação na área da saúde é a atual luta dos enfermeiros portugueses. As reivindicações incluem, principalmente, uma redução do horário de trabalho para 35 horas, o combate às injustiças na renumeração, a revisão da grelha salarial, a transição para a carreira de enfermagem e o fim da regularização de vínculos precários como contratos a termo, falsos recibos verdes e em regime de subcontratação.

Várias greves e protestos de enfermeiros têm surgido ao longo deste ano, como a greve de 48h em Julho, que teve 80% de adesão dos trabalhadores no seu turno inicial, e as várias greves agendadas para Outubro deste ano. Este é um sinal do grande descontentamento dos enfermeiros portugueses, acentuou José Carlos Martins, presidente do Sindicato dos Enfermeiros Portugueses (SEP), em Julho.

A ameaça das greves marcadas para Outubro levou a um acordo pela parte do Ministério da Saúde que envolve equiparar a renumeração de enfermeiros do sector privado, cerca de 1020 euros no início de carreira, com os da função pública, um aumento de cerca de 180 euros. Após a assinatura deste acordo, foram desconvocadas as várias greves agendadas para este mês por parte do SEP. Não houve, no entanto, acordo em relação a todos os outros pontos na negociação com o governo. Estas alterações salariais abrangem apenas os trabalhadores dos sindicatos que assinaram o acordo, que são, para além do SEP, o Sindicato Independente dos Profissionais de Enfermagem (SIPE) e o Sindicato dos Enfermeiros (SE). O presidente do SE, José Azevedo, diz que a sindicalização por parte dos enfermeiros é baixa e que esta negociação pode levar a um aumento da sindicalização por parte dos enfermeiros. O ministério da Saúde avançou que o aumento salarial poderá influenciar cerca de 11 mil enfermeiros.



Manifestação de enfermeiros, foto autor desconhecido

POBREZA - INEVITABILIDADE OU OPÇÃO

João Carreiras

Pode-se definir pobreza como a situação de privação das necessidades humanas básicas como alimentação, habitação e vestuário e ainda a incapacidade de participar nas atividades da vida social e fruir das condições de vida e conforto comuns.

A pobreza é uma característica do sistema capitalista que está em permanente guerra com os trabalhadores para aumentar a sua taxa de lucro. Estes, por seu lado, lutam para aumentar os seus magros rendimentos para terem uma vida digna.

Estudos mostram que 25,7% da população portuguesa se encontra abaixo do limiar da pobreza, com 10,6% em situação de pobreza severa. Isto totaliza 2,9 milhões de pessoas, na Europa são 123 milhões e no Mundo mais de 3000 milhões de pessoas vivem com menos de \$2,5/dia. Do relatório da CGTP, de outubro de 2015, 1 em cada 3 crianças é pobre e um quarto das famílias com crianças vive abaixo do limiar da pobreza, percentagem que atinge os 40% no caso das famílias monoparentais. Mesmo com a emigração massiva, o número de pobres em Portugal reduziu apenas 14000 entre 2013 e 2014, o que mostra que a pobreza na realidade não está a diminuir - taxa teve aumento de cerca de 10,5% entre 2009 e 2014.

QUEM TRABALHA NÃO PODE SER POBRE!

Em Portugal, 1,2 milhões de trabalhadores têm um salário líquido inferior a 600€, o que, com os preços praticados em bens essenciais como habitação, saúde e alimentação, arrasta muitos trabalhadores para a pobreza (cerca de 10,5%); por seu lado, os trabalhadores desempregados chegam aos

60% (CGTP), enquanto os idosos e pensionistas ficam nos 21%.

O REVERSO DA MEDALHA: OS SUPER-RICOS E A DESIGUALDADE

Para existirem pobres, têm de existir ricos. 85 pessoas detêm cerca de 50% da riqueza. Por cada super-rico, existem 70,6 milhões de pobres que lhe permitem viver estilos de vida



Os trabalhadores continuam a empobrecer e as respostas dadas são insuficientes e erradas

opulentos e explorar a classe trabalhadora, na competição capitalista incessante.

O índice de desigualdade (Gini) de Portugal é 34,5, com a média da UE nos 30,6 UE, apenas ultrapassado por algumas repúblicas soviéticas e pelo Estado Espanhol. Os 10% mais ricos ganharam em 2013, 11,1 vezes mais do que os 10% mais pobres. De acordo com a CGTP, entre 2009 e 2013, quem viu os seus rendimentos mais afectados foram precisamente os decis mais baixos (1º decil - 24% e 2º decil -11%).

A FLEXIBILIZAÇÃO E O ASSISTENCIALISMO NÃO RESULTAM

Cada vez mais se tenta propôr soluções para o combate à pobreza que pouco ou nada resolvem, enquanto se despedaça o tecido produtivo e laboral e se continua a dar “borlas” ao grande capital para que este mantenha os lucros. Até hoje as respostas dos sucessivos governos podem ser sintetizadas em três áreas: apoio ao empreendedorismo, aumento da caridade e voluntariado e flexibilização do mercado de trabalho.

O empreendedorismo não passa de auto-emprego. Cerca de 80% dos empreendedores entra em falência passado pouco tempo; as startups, salvo raras exceções, são um embuste e falham dentro de uma economia anímica. A taxa de auto-emprego correlaciona-se bastante bem com a pobreza, já que estes negócios próprios são essencialmente pequenas lojas, cafés, oficinas, etc., que praticamente não adicionam valor acrescentado ao que é produzido/transaccionado e como tal não podem constituir um motor da economia.

A caridade associada ao voluntariado procura, por um lado, poupar dinheiro em trabalho social não gerador de lucro mas altamente necessário e, por outro, aumentar os lucros das IPSS e da Igreja Católica, que vivem às custas das esmolas dos trabalhadores. A caridade não tira ninguém da

pobreza, apenas assiste quem é pobre a continuar a ser pobre. Além disto, assiste-se hoje a um aumento do voluntariado, também por ser visto como algo para pôr no CV e não um fim em si mesmo.

A flexibilização laboral é apontada como uma maneira da força de trabalho ser mais móvel e aumentar a possibilidade de ser contratada, ao mesmo tempo que diminui os custos para o patrão, o que levaria a mais contratações e mais emprego. Na realidade o que sucede, perante a crise do capitalismo, é que os patrões metem o dinheiro ao bolso e não há criação substancial de emprego. A flexibilização laboral é também impeditiva de trabalho sindical por duas razões: a) falta de tempo para se constituir um grupo activo no local de trabalho face à elevada rotatividade contratual e b) maior facilidade em despedir, vivendo os trabalhadores num clima de permanente temor.

UM PROGRAMA QUE RESPONDA À POBREZA

A estas falsas respostas à pobreza, os socialistas e marxistas devem responder com

(CONTINUA DA PÁGINA 5)

repúdio e propostas estruturantes que eradiquem a pobreza através do trabalho, devolvendo a dignidade às famílias trabalhadoras. Um aumento do SMN para 5€/hora permitiria tirar os trabalhadores da pobreza (actualmente mais de 700 mil trabalhadores auferem o SMN), transportes públicos gratuitos para desempregados e a manutenção do subsídio de desemprego durante o tempo todo permitiria o mínimo de condições para que estes procurassem trabalho, enquadrada numa lógica de promoção do pleno emprego. A impenhorabilidade da habitação própria é uma pedra basilar na resposta à pobreza, assim como lares estatais gratuitos e o apoio ao nível do material escolar, entre outras medidas.

O Sistema de Segurança Social é uma das mais importantes conquistas da classe trabalhadora e um dos pilares no combate à pobreza actualmente. Assim, a redução generalizada das prestações sociais, em especial daquelas com maior incidência nas famílias, como sejam o abono de família e o apoio da acção social escolar, mas também as prestações de desemprego, as atribuídas em situação de maior carência, como o Rendimento Social de Inserção (RSI), estão a contribuir fortemente para agravar a pobreza no nosso país, já que antes de prestações sociais a taxa de pobreza era de 47,8% em 2013. Entre 2009 e Agosto de 2014, cerca de 680 mil crianças e jovens perderam o abono de família, enquanto neste mesmo período 266 mil beneficiários perderam o acesso à prestação do RSI.

Só erradicando a pobreza é que pode existir a tão propalada “liberdade de oportunidades” de que a direita enche a boca mas que procura destruir a todo o custo.



Imagem de Guilhotina.info

GRÉCIA

ELEIÇÕES DOMINADAS PELA ABSTENÇÃO EM MASSA

Adaptação do artigo de Nial Mulholland (CIT) de 22/09/2015

Entrevista a Andreas Payiatsos, do Xekinima (CIT na Grécia) sobre os resultados eleitorais e o seu significado para a esquerda anti-austeridade na Grécia

ALTERNATIVA SOCIALISTA DE MASSAS PRECISA DE SER CONSTRUÍDA

A 20 de Setembro, o Syriza (Coligação da Esquerda Radical) voltou ao poder com os resultados das eleições legislativas e vai voltar a partilhar o poder com o partido de direita Gregos Independentes.

O líder do Syriza, Alexis Tsipras, afirma ter o mandato para continuar com as políticas de austeridade em troca do terceiro acordo de resgate com a Troika (Comissão Europeia, Banco Central Europeu e Fundo Monetário Internacional). Será verdade?

QUAIS SÃO OS PRINCIPAIS ASPECTOS A RETER DOS RESULTADOS ELEITORAIS?

O aspecto mais importante das eleições foi a elevada taxa de abstenção. Cerca de 45% não votou. Antes dos ‘memorandos’ a abstenção variava entre 25% e 30%.

Todos os partidos perderam votos relativamente às eleições de Janeiro, mesmo que as suas percentagens tenham subido. O Syriza obteve 35.46% (36.34% em Janeiro) mas na realidade menos 320,000 votos. O partido tradicional da classe dominante, a Nova Democracia (ND), obteve aproximadamente a mesma percentagem que em Janeiro (28.10%) mas também perdeu perto de 200,000 votos.

A neo-Nazi Aurora Dourada (AD) ficou em terceiro com 6.99%, um ligeiro aumento, e permanece um potencial perigo para a classe trabalhadora. O seu número de votantes diminuiu em 10,000, excepto algumas ilhas perto da Turquia, onde a AD

explorou a crise dos refugiados.

O partido social-democrata tradicional, Pasok, ficou atrás da Aurora Dourada. Continuou a ser castigado após anos no governo, marcados pela corrupção e por medidas de austeridade.

Claramente, grandes extensões do eleitorado estão alienadas dos principais partidos pró-austeridade. A campanha eleitoral foi extremamente aborrecida - nunca houve tanta falta de interesse nas eleições.

COMO É QUE O SYRIZA GANHOU APÓS TER CAUSADO TANTA DESILUSÃO COM A SUA REVIRAVOLTA RELATIVAMENTE À AUSTRERIDADE?

O Syriza não ganhou com uma onda de genuíno entusiasmo dos trabalhadores, pensionistas e juventude - como em Janeiro passado quando apresentou um programa anti-austeridade. Desta vez, os trabalhadores e as classes médias votaram no Syriza como o ‘mal menor’.

Apesar de ganhar o referendo a 5 de Julho contra a austeridade, Alexis Tsipras capitulou perante a Troika uma semana depois e aceitou novas duras condições de resgate.

Tsipras usou uma retórica de Esquerda durante a campanha eleitoral e algumas das bases do Syriza ainda têm ilusões relativamente a ele.

Ele foi ajudado pelo facto de o memorando que assinou ainda não ter sido aplicado e, portanto, os trabalhadores ainda não terem sentido os efeitos destes novos cortes.



Tsipras argumentou que foi chantageado pela Troika para aceitar o memorando, caso contrário teria enfrentado a expulsão da Grécia da Zona Euro (ZE) com consequências catastróficas.

Dentro do confinamento das medidas de austeridade impostas, o Syriza vai tentar encontrar os meios para ajudar os mais vulneráveis e atacar os ricos, argumenta Tsipras. Mas a maior parte dos trabalhadores que votou no Syriza não tem ilusões no partido. Apenas espera que no governo o Syriza não seja tão cruel e brutal como um governo liderado pela Nova Democracia.

COMO É QUE A ESQUERDA ANTI-AUSTERIDADE ESTEVE NAS ELEIÇÕES?

Devido ao seu posicionamento sectário e ultra-esquerdista, o KKE (Partido Comunista Grego) não capitalizou com o deslize do Syriza. Manteve a votação em termos percentuais (5.5%), mas na realidade perdeu 11% dos votos recebidos nas eleições de Janeiro.

Os resultados são também um golpe para o resto da Esquerda anti-capitalista. O Antarsya (esquerda anti-capitalista) obteve apenas 0.85%. Um quarto dos seus membros saiu para a Unidade Popular (UP), a nova formação que surgiu da cisão pela esquerda do Syriza.

Houve largas esperanças da esquerda na UP, mas esta não atingiu o limiar dos 3% necessários para entrar no parlamento. A UP vai provavelmente enfrentar sérios proble-

mas internos no próximo período. Os seus membros que foram deputados pelo Syriza perderam os lugares e, juntamente, recursos financeiros consideráveis.

É verdade que a UP teve que travar as suas primeiras eleições em circunstâncias difíceis, com uma enorme desilusão entre as massas devido à traição do Syriza. Mas os líderes da UP também não se ajudaram. No início da campanha trataram o resto da Esquerda de forma arrogante e agiram de forma burocrática e não democrática. Também sobrestimaram o resultado que poderiam ter. Quando se tornou claro que a UP enfrentava dificuldades para entrar no parlamento, fizeram um apelo ao resto da esquerda para os apoiarem numa frente unida mas, nessa altura, o dano já estava feito. A UP também falhou em inspirar os trabalhadores e a juventude com um programa socialista e claramente anti-austeridade. Disseram correctamente 'Não' ao memorando mas não apontaram um caminho em frente, não acalmando os medos de muitos trabalhadores sobre o que aconteceria se a Grécia fosse forçada a sair da Zona Euro.

Nós, no Xekinima, dizemos que devemos recusar pagar a dívida e devemos nacionalizar o sistema bancário. Isto vai implicar uma colisão com a UE e uma saída da Zona Euro.

O regresso a uma moeda nacional pode providenciar a base para o desenvolvimento da economia e da sociedade mas só se acompanhada pela nacionalização dos sectores chave da economia sob controlo e gestão dos trabalhadores. Desta forma a economia pode

ser planeada democraticamente para servir os interesses e as necessidades da maioria da sociedade, em vez de produzir enormes lucros para um punhado de armadores, banqueiros e industriais.

O QUE SE SEGUE PARA A ESQUERDA?

O novo governo liderado pelo Syriza irá ter problemas em breve. O memorando tem de ser imposto, o que vai levar a mais empobrecimento da sociedade grega e a uma crescente raiva. Ao mesmo tempo, a dívida nacional permanece impagável. A Grécia vai continuar atolada numa 'Grande Depressão'.

Neste contexto, são prováveis mais cisões do Syriza pela esquerda. Por exemplo, uma nova formação de esquerda decorrente do Syriza, chamada ARC, está a discutir as lições do que correu mal com o Syriza no poder.

O Xekinima toma parte nestas discussões e continuamos a ter um papel importante no movimento '17 de Julho', que pretende construir uma rede de alianças locais de esquerda, com um programa anti-capitalista.

Essas iniciativas e, crucialmente, uma luta de classes renovada, que vai trazer muitas novas camadas de trabalhadores e juventude para a luta, podem formar a base para o desenvolvimento de uma nova Esquerda revolucionária de massas, organizada democraticamente. Esta é a única força capaz de resolver a profunda crise que afecta os trabalhadores gregos, reorganizando a sociedade segundo linhas socialistas.

A FRENTE UNIDA DOS TRABALHADORES

João Carreiras

Um debate quase secular dentro do movimento dos trabalhadores e das suas organizações é o debate sobre os movimentos frentistas, as alianças e táticas que melhor defendem (ou não) os interesses da classe trabalhadora. A frente unida dos trabalhadores é uma dessas táticas.

AS ORIGENS

As primeiras tentativas de unificar as várias correntes existentes dentro do movimento dos trabalhadores chegam tão longe quanto a Primeira Internacional (1864-76), na qual pululavam tendências anarquistas (Bakunin e Proudhon), socialistas utópicas (Blanqui) e marxistas (Marx e Engels). Embora de duração curta, esta primeira experiência internacionalista demonstra a necessidade de união e solidariedade de classe. Anos mais tarde, a partir de 1905, as organizações de trabalhadores russas — os soviets — apesar de englobarem muitas tendências pequeno-burguesas (inclusive libertárias), constituíram-se progressivamente, a partir de Fevereiro de 1917, como estruturas representativas dos trabalhadores, albergando tendências quer reformistas quer revolucionárias.

Com a grande traição da Internacional Socialista na Primeira Guerra Mundial, houve uma cisão entre os partidos sociais-democratas e os partidos que passaram a apelidar-se de comunistas. Esta cisão, em especial na Alemanha, levou a divisões no seio do movimento dos trabalhadores, representando um entrave no desenvolvimento da revolução socialista, que tinha começado na Rússia em Outubro de 1917. Após o fim da guerra e a traição do Partido Social-Democrata (SPD) alemão à insurreição de Novembro de 1918, havia três grandes campos que se diziam representantes dos trabalhadores: à direita, a social-democracia, patriota, oportunista e conivente com a dominação capitalista; os “centristas” organizados na União de Viena; e os comunistas, à esquerda, organizados na III Internacional



Manifestação em Berlim, contra o golpe militar, 1920, autor desconhecido

(formada em Março de 1919) e pretendendo estender a revolução socialista a toda a Europa.

Apesar das pressões dos comunistas e de sucessivas tentativas de insurreição, em 1920, a ordem capitalista na Europa tinha sido reestabelecida com o SPD a liderar o governo da República de Weimar. No entanto, a 13 de Março, há uma tentativa de golpe de estado militar em Berlim, prontamente repellido por uma grandiosa greve geral com a participação de trabalhadores sociais-democratas, socialistas e comunistas em defesa do governo do SPD. Este poderia ser um exemplo prático da frente unida dos trabalhadores contra a reacção. Infelizmente, esta unidade não se aprofundou, já que os sindicatos sociais-democratas operaram comités de greve separados dos centristas e dos comunistas. Após a derrota do golpe, Carl Legien, secretário da confederação sindical afecta ao SPD, propôs um governo dos trabalhadores que, tragicamente, foi rejeitado pelo centrista Partido Social-Democrata Independente.

Outro exemplo de unidade na acção dos trabalhadores ocorreu a 7 de Maio de 1920, quando a Polónia invadiu e capturou Kiev. Milhares de trabalhadores solidarizaram-se com o Estado Soviético boicotando o transporte de armamento e munições para o exército polaco. O Partido Trabalhista britânico chegou a ameaçar a greve geral caso o seu governo continuasse a enviar armamento. A União Soviética venceu mais uma invasão devido à solidariedade e força da classe trabalhadora unida.

Em Novembro, o comité distrital do Partido Comunista Alemão (KPD) propõe um

caderno reivindicativo através do sindicato dos metalúrgicos a vários outros sindicatos, à direcção da confederação sindical e aos partidos dos trabalhadores. A burocracia opõe-se considerando as exigências impraticáveis. Lentamente, começa a (re)materializar-se a ideia da Frente Unida. Novamente, 8 de Janeiro de 1921, pelas mãos do KPD, é publicada uma carta aberta num jornal operário, apelando à união de todas as tendências do movimento dos trabalhadores, desde social-democratas até comunistas, aos sindicatos e trabalhadores em geral. A carta elencava uma série de reivindicações quer económicas quer políticas dos trabalhadores. Foi liminarmente rejeitada pelos burocratas sindicais e direcções de direita, mas aceite quase instintivamente pela classe. Nas Teses sobre Tática do III Congresso da Internacional Comunista (IC ou Comintern), em Junho de 1921, esta iniciativa é apelidada de “excelente exemplo” e são lançadas as bases para a adopção desta tática pelo Comintern no final desse ano. A tática é vista como a indicada para o período que se estava a atravessar, em que o movimento revolucionário tinha esmorecido com a derrota da Revolução Alemã e de outras tentativas menores, todas liminarmente esmagadas pela burguesia e pela traição da social-democracia.

OPOSIÇÃO ESQUERDISTA À FRENTE UNIDA

Se existiam partidários desta unidade, também havia os seus opositores. Após a vitória sobre o golpe militar da direita, descrito acima, a corrente ultra-esquerdista

do comunista húngaro Béla Kun, apelida a iniciativa de contra-revolucionária, já que a social-democracia tinha traído os trabalhadores no passado e os comunistas deveriam actuar de forma independente. É fortemente criticado por Lenine no seu famoso panfleto “Esquerdismo, doença infantil do Comunismo”. No entanto, Lenine não consegue impedir que em Março de 1921 o KPD, apoiado por membros do Comintern como Béla Kun, lance uma ofensiva comunista, apelando a uma greve geral insurreccional que não tem praticamente aderência nenhuma, condenando milhares de activistas e trabalhadores ao cárcere e à morte. O partido, que tinha cerca de 400.000 militantes, cai para metade em semanas. No III Congresso da IC, Trotsky classifica a acção de Março como “uma tentativa de criar uma situação revolucionária artificialmente”, atacando a linha política ultra-esquerdista, juntamente com Clara Zetkin e Lenine, contra Radek, Zinoviev e Bukharin.

Um ano mais tarde, com a ascensão do fascismo na Europa, em particular na Itália, a urgência de unir as várias organizações de trabalhadores foi patente durante uma reunião do Comintern em Moscovo, em Fevereiro-Março de 1922. Os comunistas italianos, liderados por Amadeo Bordiga, recusavam aliar-se a outras forças nesta luta. Esse sectarismo pueril levava-os, inclusive, a não participar em comités antifascistas organizados espontaneamente pelos trabalhadores. No final desse ano, Mussolini sobe ao poder, esmagando o movimento dos trabalhadores em Itália. Esta questão foi então levantada pelos partidos comunistas da Checoslováquia, Alemanha, Áustria e Suíça, mas combatida pelas secções francesa e italiana. A votação pendeu a favor da adopção da tática da Frente Unida, embora nenhuma diligência tenha sido tomada para garantir a sua plena execução.

A TESE DA FRENTE UNIDA

No final de 1922, no IV Congresso da IC, as bases para a tática da Frente Unida foram incluídas nas resoluções do Congresso. Os comunistas deveriam então aliar-se a todos os trabalhadores de outros partidos, grupos e trabalhadores não alinhados na luta

conjunta contra a burguesia e os seus ataques quotidianos às condições de vida da classe trabalhadora. Cada luta poderia e deveria ser utilizada para aumentar a consciência das massas e ter objectivos tanto agitaçionais como organizacionais. Desta prática surgia claramente um Programa de Transição, capaz de atender às necessidades imediatas das massas trabalhadoras, mas sem perder o horizonte da Revolução Socialista. A Frente Unida deveria então originar-se e desenvolver-se de baixo para cima, com os militantes de base das várias organizações a desenvolver acções em conjunto, como manifestações, greves, piquetes, etc. Nisto, os comunistas não deveriam recusar negociar com os burocratas e líderes oportunistas, procurando expô-los aos olhos dos seus afiliados. Numa época de refluxo e desconfiança de parte a parte entre organizações de trabalhadores, esta poderia ser a única maneira de furar o bloqueio e expôr as direcções traidoras.

Um ponto importante a reter é que, embora procurando a máxima unidade na acção e procurando um programa comum de reivindicações, todas as organizações dentro da Frente Unida mantêm a sua independência total. Este é um ponto que nunca poderá ser abandonado por um partido revolucionário, sob pena de este se ver diluído nas forças mais reformistas ou centristas que compõem a Frente.

É uma plataforma que funciona não só para chegar às massas trabalhadoras em geral, mas também para influenciar politicamente os sectores mais avançados do movimento que ainda estejam filiados em sindicatos ou partidos reformistas, procurando aumentar o nível de consciência de classe. Nessa época, os trabalhadores sentiam instintivamente uma necessidade de unidade contra os ataques que estavam a sofrer, mas não sabiam transformar esse desejo numa expressão política. Essa tarefa de construção foi plenamente assumida no IV Congresso da IC.

A principal crítica que se apresenta à Frente Unida é o facto de poder ser feita “de cima para baixo”, isto é, feita através de um acordo de cúpulas com a burocracia sindical ou direcções oportunistas, como pretendiam os comunistas alemães com a carta aberta já mencionada. Os esquerdistas inconse-

quentes que defendem a unidade apenas pela base parecem ignorar que, na generalidade das situações, os trabalhadores continuam a respeitar e a confiar nessas mesmas direcções oportunistas. Isto é especialmente verdade num momento de refluxo das lutas como se viveu no início da década de 1920, com várias tentativas falhadas do proletariado alemão; ou hoje em dia, quando a classe trabalhadora mundial está lentamente a recuperar a sua consciência de classe após o colapso do bloco soviético e da economia planificada.

O processo de aprendizagem de lições históricas pelo qual a classe trabalhadora tem de passar implica, muitas vezes, revezes e traições, tal como sucedeu recentemente com o Syriza. No entanto, é tarefa dos marxistas estar ao lado das massas, tentar expôr as direcções reformistas e, quando as traições acontecem, aproveitar esses momentos para clarificar posições e aumentar a sua influência no seio da classe. Uma postura esquerdista e provocadora, com ataques pessoais às lideranças das organizações, só pode alienar os trabalhadores — o tipo de postura que agrada os burocratas, uma vez que lhes permite rejeitar a priori qualquer apelo unitário para a acção.

A FRENTE UNIDA HOJE

Desde há cerca de seis anos que o Socialismo Revolucionário tem defendido uma Frente Unida que incluía o PCP, o BE, a CGTP e outros sindicatos e movimentos sociais. Para nós, a Frente Unida continua a fazer todo o sentido, uma vez que, apesar de dividida em diferentes organizações e sectores, a classe trabalhadora está, toda ela, sob o jugo do capital internacional e nacional que vai retirando paulatinamente os direitos conquistados com a Revolução. Em particular desde 2008, os trabalhadores têm pago a factura da crise capitalista com os seus salários e pensões. Uma plataforma de esquerda permitiria congregar várias tendências num debate amplo e com maior expressão e credibilidade junto da classe trabalhadora, em especial dos despolitizados e não organizados.

Só através da unidade na acção contra o ataque da classe dominante será possível passar à ofensiva!

APRENDER COM A HISTÓRIA

A REVOLUÇÃO DE OUTUBRO



Discurso de Lenin, artista desconhecido

Quase um século depois do acontecimento mais importante da História até hoje: a primeira revolução proletária do mundo.

Assinalamos a data com um texto que pretende apenas dar uma visão geral do processo revolucionário russo, como forma de incentivarmos o seu estudo e as lições que ele traz para a luta dos trabalhadores nos dias de hoje.

João Reberti

Em outubro de 1917, em plena I Guerra Mundial, iniciou-se uma das mais importantes experiências sociais da modernidade: o Socialismo na Rússia.

Em fevereiro de 1917 a ordem estabelecida após a derrota da revolução de 1905 foi posta em causa. No dia 8 de março, de acordo com o calendário actualizado, mulheres da indústria têxtil de Petrogrado, agora São Petersburgo, começaram a deixar as fábricas enquanto trabalhavam, protestando contra a falta de alimentos e os constantes aumentos de preço, ao mesmo tempo que reclamavam o final da guerra. A este pro-

testo, que contou com a participação de milhares de trabalhadores, o czar respondeu com tropas de dedo leve no gatilho. Morreram centenas de homens e mulheres, e outros tantos ficaram feridos. Enquanto eram alvejados, os trabalhadores apelavam aos soldados para que desobedecessem a novas ordens de disparo. O apelo foi acudido, e é nesse momento que o czar perde controlo sobre a situação. Inicia-se, assim, o período revolucionário.

A Duma Imperial, forma de assembleia, uma concessão da classe dominante em 1905, foi obrigada pelas “torrentes tempestuosas de operários e soldados” a assumir o poder supremo. “As massas do povo, ope-

rários, soldados e camponeses” determinaram, pela primeira vez na História, o seu futuro, através dos soviets, que podiam ser de cidades, regiões, ofícios, ou qualquer outro agrupamento socio-económico, comités de exército, comités de fábrica, comités de camponeses, ou seja, a expressão máxima da democracia. Os soviets russos, nascidos também em 1905, mais não eram que órgãos de democracia e gestão directa das bases, onde vários partidos, da direita liberal à esquerda revolucionária, estavam representados. O Partido Operário Social Democrata Russo, que se havia dividido em 1903 em duas facções, Bolchevique e Menchevique, o Partido Socialista-Revolucionário, os Ca-

detes (Constitucionalistas Democratas) e os Monárquicos. Estes eram os principais partidos políticos na época. É importante salientar que quando se fala em socialistas “moderados” referimos aqueles que defendiam que primeiro seria a Revolução Burguesa e só depois a Revolução Socialista, estando excluídos deste grupo os Bolcheviques, os Mencheviques internacionalistas e os Socialistas-Revolucionários de Esquerda.

Os socialistas moderados, e mesmo os Bolcheviques até à chegada de Lenin em Abril, apoiavam o Governo Provisório alicerçado na Duma; não muito longe dessa instituição alicerçava-se outra: o Soviete de Petrogrado, composto por trabalhadores, soldados e militantes dos variados partidos socialistas, criando-se efectivamente uma

barcar de recursos em armazéns, a prática de preços especulativos nos bens essenciais, a sabotagem de fábricas, a destruição de minas, dado que para cada duplicação de salário conquistada pelos trabalhadores o preço das mercadorias essenciais para a subsistência mais que duplicava! Nos dias que antecederam a revolução não havia leite, pão, açúcar... Os assaltos, os homicídios e o clima de instabilidade aumentavam, e a burguesia esperava enfraquecer o povo até ao ponto de que um simples golpe de estado seria visto com bons olhos. Enganou-se.

No final de agosto, Kornílov, comandante-chefe do exército, procura restaurar o antigo regime, tentando chegar a Petrogrado para derrubar o Governo Provisório. Tal golpe só não resulta graças à mobilização dos

Nas vésperas da revolução, o partido bolchevique com o apoio do exército e da marinha criou o Comité Militar Revolucionário de Petrogrado. Para além dum objectivo bem definido, Lenin e Trotsky tinham também um excelente sentido de oportunidade. O objectivo era retirar os partidos capitalistas do governo, e as massas, derivada a propaganda e agitação bem executadas, estavam conscientes da necessidade de um governo que reconhecesse a luta de classes, assumindo os interesses da classe trabalhadora. O Comité Militar Revolucionário começou o ataque tomando os telégrafos, os correios e o banco estatal, seguidamente, bloqueou a estrada principal e fechou todas as pontes, menos uma. No dia 25 de outubro, pela manhã, Kerensky já tinha fugido e

“ O Comité Militar Revolucionário entrega o Poder ao Congresso, e este, aceitando-o, faz um apelo aos trabalhadores, camponeses e soldados de todo o mundo pela Revolução Socialista Mundial.

dualidade de poder. Neste período, os bolcheviques ainda eram uma força pouco expressiva numericamente, sendo que vários dirigentes foram forçados a exilar-se, outros tantos presos, após um levantamento espontâneo dos trabalhadores em Julho contra o Governo, situação que os reaccionários tentaram capitalizar “tramando” os bolcheviques, com acusações infundadas de traição à pátria, denominando-os de “agentes alemães”, acusações mais tarde desprovas.

A burguesia estava farta. Chegava de revoluções, a ordem tinha que ser reposta, fosse pela força dos seus fiéis vassalos, fosse por uma possível invasão alemã ou mesmo o “duro” inverno russo, que desmoralizaria e quebraria os ímpetus revolucionários. No entanto, a classe, ainda, dominante não ficou parada. Ela foi fazendo a sua parte, conjuntamente com as burguesias estrangeiras e os seus respectivos governos. O descalabro económico não era meramente conjuntural, da guerra e crise social, este foi cuidadosamente orquestrado pelos donos do capital e dos meios-de-produção. Refira-se o açam-

trabalhadores, que sabotaram os caminhos de ferro e se organizaram para defender o governo. Kerenski, então presidente e dirigente dos socialistas-revolucionários, teve um papel dúbio, no mínimo. Devido à sua acção na derrota do golpe de estado, os bolcheviques passam a maioria nos sovietes das principais cidades.

De acordo com Lenin, apresentavam-se as 4 condições necessárias para uma revolução vitoriosa: uma crise na classe dominante, que se divide e deixa de agir em bloco; uma pequena-burguesia polarizada, aliando-se ao grupo que se perspectiva estar em ascensão; os camponeses estavam dispostos a acabar com a aristocracia agrária, as forças do estado permaneceriam neutras, chegando mesmo a tomar o lado da revolução, e os trabalhadores nos principais pólos industriais mobilizavam-se em greves preparados para concluir o processo revolucionário; e, por último, a existência dum partido capaz de entender o encadear de acontecimentos, sendo depositário da confiança de grande parte da classe trabalhadora.

a guarnição de Petrogrado capturava o Palácio de Inverno. Em Moscovo a eficácia do golpe só se diferenciou ao demorar uma semana até se deter efectivamente o Poder. Lenin ordena a transferência do poder para o Soviete de Petrogrado de manhã, à tarde inicia-se o 2º Congresso Pan-russo dos Sovietes de Deputados Operários e Soldados, com a representação dos camponeses pobres. O Comité Militar Revolucionário entrega o Poder ao Congresso, e este, aceitando-o, faz um apelo aos trabalhadores, camponeses e soldados de todo o mundo pela Revolução Socialista Mundial.

A Revolução Russa não foi um acontecimento nacional, foi antes um evento com repercussões mundiais. Por toda a Europa os espíritos da classe trabalhadora reforçaram-se, o mundo inteiro tinha os olhos postos no primeiro proletariado que, enquanto classe, tomou o Poder, os oprimidos e explorados perscrutavam-no com esperança e alento, a burguesia receava, com razão, a sua preservação, enquanto engendrava o seu próximo ataque, que não tardaria.

NEOCOLONIALISMO HOJE



Manifestação no Haiti reprimida pelas forças da ONU, autor desconhecido

A nossa época apresenta um paradoxo: é hoje produzida riqueza em quantidades nunca antes vistas. Apesar disso, a maior parte da humanidade permanece pobre, a maioria dos países do mundo permanece subdesenvolvida.

Abel Lopes e Frederico Aleixo

Mas se a riqueza não chega a todos, nem por isso deixa de chegar a algum lado! Segundo a Oxfam — organização sobre a qual não recaem suspeitas de comunismo —, cerca de 49,27% da riqueza mundial estará nas mãos de apenas 1% da população em 2016.

Como é que este insólito se tornou real?

Diremos, antes de mais, que a realidade social não resulta do conjunto pretensamente aleatório de acções e vontades dos indivíduos, mas das relações que os humanos estabelecem entre si e com a natureza, e dos instrumentos e conhecimentos que utilizam para produzir e distribuir tudo aquilo de que precisam — a isto chamamos modo de produção. A sociedade não é uma sucessão de acidentes imprevisíveis; muito pelo contrário, ela pode ser cientificamente estudada a partir da sua base material ou económica e das contradições sociais que se produzem a partir dela.

O mundo altamente desigual de hoje é resultado inevitável das leis do desenvolvimento capitalista.

O IMPERIALISMO

Antes de mais, há-que compreender o imperialismo.

Como explicou Lenin, o imperialismo “é o capitalismo na fase de desenvolvimento em que ganhou corpo a dominação dos monopólios e do capital financeiro, adquiriu marcada importância a exportação de capitais, começou a partilha do mundo pelos trusts internacionais e terminou a partilha de toda a Terra entre os países capitalistas mais importantes.”

Isto, claro está, não resultou da “natureza humana”. Com o aumento da produtividade da indústria europeia durante o século XIX gerou-se a crise de sobreprodução de 1900-1903. O mercado foi incapaz de absorver as mercadorias produzidas. Empresas tecnologicamente atrasadas caíram em ruína, as mais avançadas apoderaram-se delas. Com esta concentração de capital surgiram os monopólios. Mas a nova dimensão das empresas tornava os capitalistas individuais incapazes de prosperar. Eram agora necessários grandes investimentos para expandir o capital. Nasceram as sociedades de acções, e os bancos, concentrando cada vez maiores

massas de dinheiro depositado por todos os capitalistas, passaram a desempenhar um papel central na direcção da produção, controlando empréstimos de que a indústria dependia. O capital industrial fundiu-se com o capital bancário, e surgiu dessa fusão o capital financeiro.

Ora, como explicaram Marx e Engels, “a necessidade de um mercado em constante expansão” leva o capitalismo a toda a parte. E se até aos finais do séc XIX as burguesias dos países capitalistas tinham sido forçadas a alguma diplomacia, com o novo poder dos monopólios, afogaram em sangue todas as sociedades pré-capitalistas para, através da taxaço e dos impostos, transformarem em assalariadas as suas populações.

O COLONIALISMO CLÁSSICO

Houve formas primitivas de colonialismo ainda durante aquilo a que chamamos acumulação primitiva de capital — a fase em que as burguesias mercantis europeias acumularam a riqueza que lhes permitiu combater a aristocracia.

No entanto, é no imperialismo, quando a Europa atinge um grau de desenvolvimento

das forças produtivas e da tecnologia militar que permite aos seus Estados invadir e ocupar efectivamente vastos territórios da África e da Ásia, que desponta o colonialismo clássico.

Sucintamente, este é a “dominação directa — por meio de um poder político integrado por agentes estrangeiros ao povo dominado (forças armadas, polícia, agentes de administração e colonos)” (A. Cabral).

As colónias são integradas no processo de acumulação de capital através de mecanismos militares e políticos evidentes. Servem, essencialmente, dois propósitos: são fontes de matérias primas e mercados. Assim, quando as suas forças produtivas são desenvolvidas, são-no apenas em sectores específicos e de forma a melhorar o desempenho destas funções. As suas economias tornam-se atrofiadas e dependentes.

Além disto, os trabalhadores coloniais sofrem graus de exploração superiores aos das metrópoles, que estão já munidos de organizações e de uma longa experiência de luta na Europa.

Tal situação, no entanto, não pode manter-se sem que os povos das colónias comecem a desenvolver uma consciência política e sem que um extracto cada vez mais significativo de autóctones receba alguma instrução para trabalhar nas indústrias ou no crescente aparelho de administração colonial.

A saída do colonialismo é então feita sob a bandeira do anti-imperialismo, resultando em diferentes estruturas sociais consoante a classe que dirigiu o processo revolucionário (pequena-burguesia, classe operária ou

campesinato) e fez valer os seus interesses primordialmente. Todo o processo revolucionário que não foi liderado pela classe operária trazendo atrás de si o campesinato, resvalou invariavelmente para neocolonialismo.

O NEOCOLONIALISMO

O imperialismo, capitalismo globalizado, existe como uma malha de relações económicas entre países com níveis de desenvolvimento diferentes. O mundo não é a soma de economias nacionais. E o colonialismo, sedimentando a divisão internacional do trabalho, arrastou para o capitalismo povos que se encontravam em estádios diversos de desenvolvimento, industrializou territórios aceleradamente, gerando formações sociais que combinam elementos económicos avançados e arcaicos.

Em traços gerais, tal é a teoria do desenvolvimento desigual e combinado formulada por Trotsky e corroborada pela situação actual. Persiste hoje, no mundo neocolonial, um desenvolvimento por vezes avançado das forças produtivas em sectores não competitivos com a indústria dos países imperialistas e, em paralelo, um reduzido ou inexistente investimento em sectores como a saúde, a educação e outros serviços públicos. Permanecem economias especializadas na exportação de matérias-primas e dominadas pelo capital estrangeiro, tal como em colonialismo. Mas a independência política resultou na alteração da estrutura de classes dos países que a conquistaram e, dessa forma,

tornou mais evidentes as contradições entre a população autóctone, que eram tão facilmente encobertas pelo nacionalismo na fase colonialista.

A estrambólica industrialização e a apropriação de uma significativa mais-valia pelo capital imperialista gerou miséria, desemprego e massivo subemprego. O negócio do armamento, os bens de luxo ou os programas de “ajuda ao desenvolvimento” — leia-se programas de saque — do FMI e Banco Mundial aumentam a dívida externa que é complementada com privatizações. Compreender a estrutura de classes que daqui decorre é compreender a necessidade da revolução.

Nos países neocoloniais, as classes dominantes são a burguesia-compradora e os latifundiários. A primeira integra os débeis capitalistas que servem de intermediários na exploração económica dos seus territórios pelos grandes monopólios imperialistas. Geralmente actuam no sector dos serviços, do comércio e da especulação.

Por sua vez, os segundos são camponeses ricos ou usurários que concentram enormes parcelas de terra, o que obriga a quase totalidade dos restantes camponeses despossosados a arrendar ou trabalhar nessas propriedades. As dívidas facilmente contraídas pelos camponeses pobres nestas condições são normalmente saldadas com mais trabalho não-pago nos latifúndios, o que remete para a servidão ou, em casos extremos, para a escravatura.

O campesinato (proletariado rural e camponeses pobres) é, no mundo neocolonial, a massa mais numerosa, tendo um papel in-



Mineiros de Marikana em Greve, África do Sul, foto de Mgcineni Nkomo



Trabalhadoras têxteis, Bangladesh, foto de Palash Khan

contornável na revolução.

Por outro lado, nascida de ambas as classes dominantes e nutrida pela industrialização, germina como um fungo a burguesia que em alguns casos entra em contradição com aquilo que a impede de se constituir enquanto classe dirigente da economia nacional: o domínio imperialista e os elementos feudais. Desta contradição advém o “anti-imperialismo” burguês. No entanto, e especialmente a partir da década de 1960, alguns países neocoloniais conciliam a exportação de matéria-prima com produtos transformados cuja produção emprega força de trabalho pouco qualificada, ficando para as economias imperialistas a produção assente em mão-de-obra qualificada. As multinacionais adaptaram-se e, não raras vezes, investem em parceria com o capital do Estado ou com a burguesia nacional, docilizando-a.

Por fim, o proletariado urbano, minoritário se comparado com o rural, tende a crescer, ainda que sempre na condição de sobre e super-explorado.

Entre todas estas classes convém não esquecer a existência do abundante lumpem-proletariado nos centros urbanos e de uma pequena-burguesia em grande parte formada por pequenos comerciantes e bijuteiros, muitos deles pobres e semi-proletários.

A LUTA DE LIBERTAÇÃO HOJE

As burguesias imperialistas acentuam a exploração dos trabalhadores do mundo neocolonial em momentos de crise e, promovendo o “comércio livre” e a desregulamentação económica, reduzem os seus Estados a aparelhos de repressão sem qualquer

soberania.

Sem dúvida que “o caso neocolonial (em que as classes trabalhadoras e os seus aliados lutam simultaneamente contra a burguesia imperialista e a classe dirigente autóctone) não se resolve por uma solução nacionalista; ela exige a destruição da estrutura capitalista implantada pelo imperialismo no território nacional, e postula justamente uma solução socialista” (A. Cabral). Trata-se agora de saber como se alcança essa solução.

As débeis burguesias, com o seu “anti-imperialismo”, continuarão a falhar. Estas classes, pródigas em carismáticos representantes, são absolutamente incapazes de resolver as contradições da nossa época.

Para ascender à posição de verdadeiras burguesias nacionais, libertar-se do capital estrangeiro e estabelecer-se em pé-de-igualdade com as burguesias imperialistas, as pseudo-burguesias neocoloniais são obrigadas a mobilizar o proletariado e o campesinato, fazendo-lhes concessões adornadas de retórica socialista. No entanto, para garantirem a sua manutenção enquanto classes dominantes, têm de explorar esses mesmos proletariado e campesinato. São ainda forçadas a desenvolver as forças produtivas, o que implica a planificação de grandes sectores da economia, nacionalizações e rápida industrialização, por vezes contra sectores da classe dominante perfeitamente alinhados com o imperialismo e vivendo da exportação de matérias-primas ou da importação de produtos transformados. Assim, dedicam-se ao equilíbrio político, procurando combater o capitalismo estrangeiro com o apoio das classes exploradas enquanto fortalecem o capitalismo autóctone contra as mesmas

classes exploradas.

Estas meias-revoluções são defendidas exclusivamente por ignorantes ou por charlatães. As burguesias imperialistas vencerão sempre as suas juvenis imitadoras. A longa lista de intervenções imperialistas, com o seu séquito de atrocidades, é a prova inegável deste facto (o caso da Líbia de Gaddafi é, a este respeito, muito ilustrativo).

A única via real para o socialismo é aquela que foi trilhada pelo partido bolchevique em 1917: a revolução socialista sob direcção da classe operária.

Escreveu Fanon que “cada geração deve, com relativa opacidade, descobrir a sua missão, cumpri-la ou traí-la”. A missão histórica da nossa geração deve ser claramente expressa. É urgente a construção de organizações independentes da classe trabalhadora, que funcionem de forma democrática e estejam armadas com um programa socialista em todos os países onde o Estado não persiga e condene o movimento operário à clandestinidade. Em todos os restantes países, o trabalho conspiratório e ilegal, tal como o desenvolvido pelos bolcheviques na Rússia czarista, é a tarefa dos marxistas.

O Comité por uma Internacional dos Trabalhadores luta neste sentido, construindo-se como organização capaz de dirigir as massas exploradas dos países neocoloniais rumo à única solução para os problemas que as afligem: a revolução socialista internacional.

Fugir desta missão é condenar a geração vindoura a uma barbárie maior do que aquela que hoje se desenrola perante os nossos olhos.

Nenhuma intervenção militar, como aconteceu na Líbia por parte do imperialismo, irá resolver os problemas da população local, pois esse nunca é o objectivo principal.

A ordem que o exército húngaro tem de disparar sobre os refugiados é apenas uma extensão da política desumanitária da UE. Quem se candidate ao estatuto de refugiado depara-se com uma situação devastadora, mantidos em celas, jaulas, é-lhes recusado tratamento médico e apoio jurídico, sendo que a sua alimentação longe se acha

Saudita, país conhecido por financiar o Estado Islâmico (EI): a própria embaixatriz da União Europeia confirmou que existem países europeus a comprar petróleo aos jihadistas. As potências capitalistas, por um lado, lucram com a boa saúde da guerra, por outro, recusam-se a ajudar os seres humanos directamente afectados por ela, desmascarando a sua verdadeira face, hipocritamente velada por um discurso humanitário e inclusivo.

cram com a guerra. A factura imposta pelos desmandos de accionistas e estadistas sanguinários não pode ser paga pelos trabalhadores, mas por quem a provocou para ganhos exclusivamente seus. Na crise capitalista, como na guerra, os ricos que a paguem!

CARIDADE OU SOLIDARIEDADE E LUTA?

Ao acolher refugiados, o seu processo de inclusão não pode ser conduzido por associações de caridade que não sirvam os interesses dos trabalhadores exilados. Estes devem tomar como sua responsabilidade, em ligação aos sindicatos e associações locais, a luta por condições de habitabilidade e de trabalho dignas para si e para as suas famílias. É possível e desejável que os refugiados acolhidos pelos portugueses não sejam utilizados como força de trabalho barata e precária, mas que, pelo contrário, se unam aos trabalhadores portugueses na luta por salários, direitos sociais e laborais mais condignos. Para isto acontecer, a Esquerda tem que combater a propaganda nacionalista, xenófoba e racista, que tem aparecido em alguns sectores da sociedade, em particular mais pobres. Nem a guerra nem a crise são culpa dos refugiados. Estes, vítimas da barbárie capitalista, são antes nossos aliados na luta contra a exploração e a opressão. São nossos aliados na construção de um mundo mais igual e fraterno.

“ A ordem que o exército húngaro tem de disparar sobre os refugiados é apenas uma extensão da política desumanitária da UE.

duma que seja saudável e justa. Há relatos de agressões e mesmo roubos por parte da polícia, momentos gravados e difundidos pelos media. Isto acontece, a diferentes graus, no resto dos países fronteiriços como Espanha, Itália e Grécia.

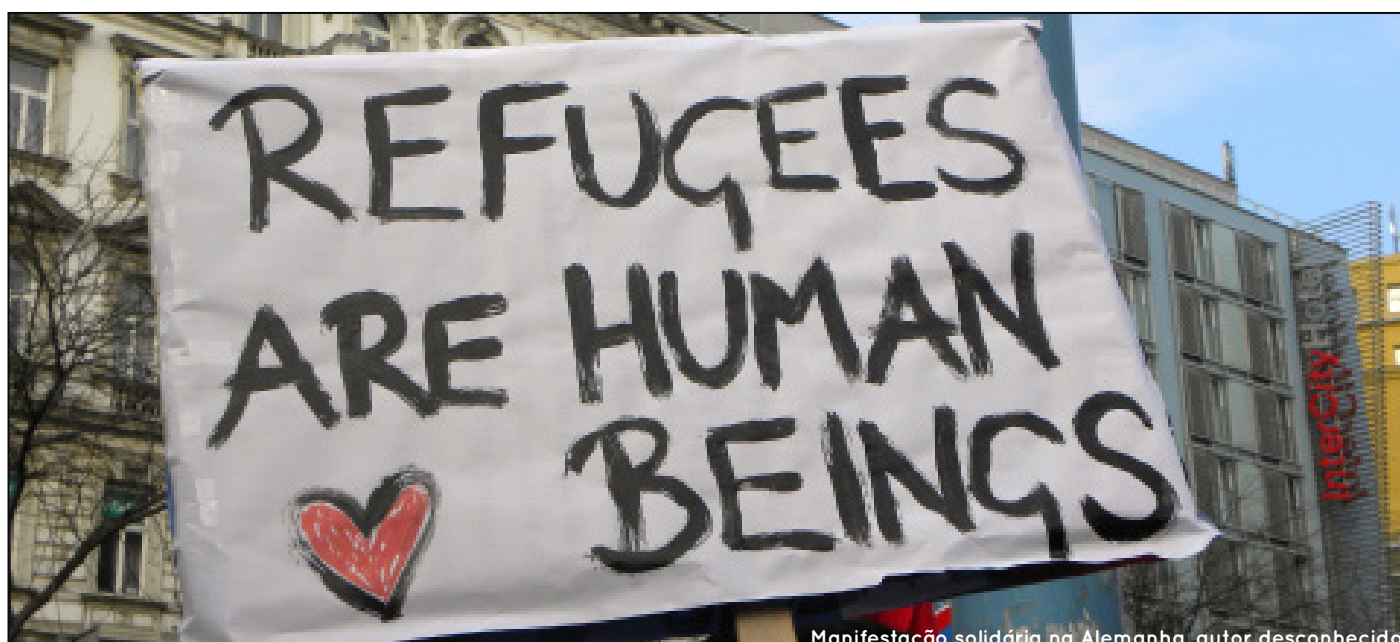
O IMPERIALISMO É O VERDADEIRO CULPADO

Estas medidas repressivas assumem uma dimensão ainda mais criticável tanto quanto mais se entende o papel das principais potências europeias, sendo estas co-responsáveis pelo gigantesco exódo. Só no ano passado, a Alemanha mais que duplicou a venda de armamento para a Arábia

OS SENHORES DA GUERRA QUE PAGUEM A CRISE

Não serão os governos burgueses a eliminar as raízes dos conflitos que levam milhões de pessoas a fugir à carência extrema. Para tal acontecer seria preciso, por exemplo, acabar com a exportação de armas, castigar os capitalistas que financiam o EI comprando-lhes petróleo, impedir as empresas de sobre-explorarem os recursos africanos alimentando uma elite corrupta que compactua com a delapidação dos seus países em detrimento da classe trabalhadora.

A falta de serviços e infraestruturas nos países de acolhimento deve ser financiada pelas mesmas empresas e Estados que lu-



Manifestação solidária na Alemanha, autor desconhecido

A Centelha

JORNAL DO SOCIALISMO REVOLUCIONÁRIO - CIT EM PORTUGAL

N.1 NOV / DEZ '15 preço 1.00 Solidariedade 2.00



Refugiados no Mediterrâneo, foto de Massimo Sestini - Guardia Costiera Italiana

BEM-VINDOS!

João Carreiras

O drama dos refugiados, que as televisões fazem chegar até nós diariamente, não é de hoje. Desde há pelo menos dois anos que milhares de refugiados de guerras na Líbia ou na Somália fogem da morte, arriscando as suas próprias vidas nas águas do Mediterrâneo. Durante este ano, com o agravar da guerra na Síria e com a expansão territorial do Estado Islâmico, o número de refugiados a chegar à Europa por via terrestre aumentou exponencialmente.

Que resposta dar a estas pessoas? Temos nós serviços e infraestruturas que recebam tanta gente? E a mais colocada, pertinente-

mente: irá a situação de crise vivida na periferia europeia agravar-se?

Em primeiro lugar, é necessário acolher de braços abertos qualquer ser humano que fuja à guerra e ao horror, todas as pessoas que procurem, literalmente, viver, no nosso país ou noutra qualquer. A situação opressiva que estas pessoas experienciam não nos pode deixar indiferentes. Em particular ao movimento dos trabalhadores, que lida todos os dias com situações de desespero, embora de natureza diferente: desemprego, precariedade e pobreza. A solidariedade da classe trabalhadora tem de se espalhar por toda a Europa, repudiando quer o uso de forças policíacas e/ou militares no tratamento dos

refugiados quer o fecho das fronteiras e, consequentemente, do espaço Schengen.

A VERDADEIRA FACE DA UE

Esta Europa fecha as fronteiras e condiciona o espaço Schengen através de gincana legislativa que interpreta tratados, leis e normas a seu bel-prazer, para garantir que o monstro por si criado não ataque o seu criador. Tal situação é intolerável, é necessário denunciar a União Europeia e a sua classe dominante, demonstrando a deplorabilidade das acções e inacções, onde condena, directa e indirectamente, pessoas ao exílio, à pobreza e à morte.

(CONTINUA NA PÁGINA 15)